



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº (Do Sr. Izalci)

DE 2014

Solicita ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Justiça, que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica- CADE, encaminhe informações a respeito de suspeitas de formação de cartel pelas principais empreiteiras do país que opera tanto em obras da Petrobras como em outros setores.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, §2º, da Constituição Federal e nos arts. 24, inciso V, e 115, inciso I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Sr. Ministro de Estado da Justiça, o seguinte pedido de informação para que o órgão verifique junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica- CADE, as seguintes suspeitas:

Ponderando preliminarmente que o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, em audiência à Justiça Federal no Paraná no dia 8 de outubro último, em razão de acordo de delação premiada afirmou que um cartel formado pelas principais empreiteiras do país opera tanto em obras da Petrobras como em outros setores.

Segundo Paulo Roberto, os contratos eram superfaturados em 3%, em média, e o dinheiro excedente era distribuído para políticos da base aliada do governo federal, diretores da Petrobras e intermediadores, como o doleiro Alberto Youssef e o ex-deputado José Janene (PP).

Destaque-se que o doleiro Alberto Youssef, acusado de ser operador do “esquema da Operação Lava Jato”, investigada pela Polícia Federal, também em depoimento usufruindo de delação premiada “confirmou que estava envolvido com o esquema comandado por Costa e que participava apenas das operações relacionadas à diretoria de abastecimento da Petrobras.”

Conforme veiculado pela mídia a Polícia Federal intimou doze empresas a prestarem esclarecimentos sobre depósitos efetuados em



CÂMARA DOS DEPUTADOS

empresas de fachada utilizadas pelo doleiro Alberto Youssef para lavagem de dinheiro de desvios da Petrobras. Somadas, essas empresas depositaram R\$ 33,5 milhões nas contas de quatro empresas que, segundo o doleiro, eram usadas apenas para emissão de notas frias que justificassem o repasse para os partidos políticos - PT, PMDB e PP.

Entre as já intimadas pela PF estão algumas das maiores empreiteiras do país e fornecedoras da estatal, como o Consórcio Mendes Junior/MPE; o consórcio Rnest, capitaneado pela Engevix; duas empresas do grupo OAS, a Galvão Engenharia, o consórcio Sehab e a Coesa Engenharia. Também fazem parte da lista as empresas Treviso, Piemonte e Jaraguá Equipamentos Industriais, cujos nomes também aparecem na lista de depositantes.

De acordo com as investigações, a GFD Investimentos recebeu R\$ 18,5 milhões das empresas Piemonte Empreendimentos, que pertence a um dos sócios do grupo MPE, (R\$ 8,5 milhões), Treviso Empreendimentos (R\$ 4,4 milhões), R\$ 5,5 milhões do consórcio Mendes Junior/MPE e da Mendes Jr Trading. A MO Consultoria foi a destinatária do restante, com depósitos da Investminas Participações (R\$ 4,3 milhões), Consórcio Rnest (R\$ 3,260 milhões), Jaraguá Equipamentos (R\$ 1,941 milhão), Galvão Engenharia (R\$ 1,530 milhão), Construtora OAS (R\$ 619,4 mil), OAS Engenharia e Participações (R\$ 563 mil), Coesa Engenharia (R\$ 435 mil) e Consórcio Sehab (R\$ 431 mil).

Segundo constou nas matérias publicadas em sites e jornais de grande circulação as empresas listadas deverão anexar a documentação referente aos pagamentos. Para a Justiça Federal, elas terão oportunidade de esclarecer se os pagamentos tiveram "causa lícita" e, inclusive, colaborar com as investigações, uma vez que várias já manifestaram intenção de prestar informações sobre o esquema de desvio de recursos de obras da Petrobras.

Devido à acusação de formação de cartel pelo ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa e pelo doleiro Youssef, as fornecedoras da Petrobras precisam ser investigadas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica. De idêntico modo que o CADE indique os nomes dos políticos da base aliada do governo federal, diretores da Petrobras e intermediadores, que participaram direta ou indiretamente dos desvios e/ou, evasão de divisas e lavagem de dinheiro mencionado por Paulo Roberto Costa e Youssef.

Finalizando, frisamos que os fortes indícios de formação de cartel devem ser averiguados e as informações pertinentes devem ser remetidas a esta Casa, vez que as mesmas servirão também para subsidiar os trabalhos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

atinentes à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada por meio do Requerimento n.º 4, de 2014 – CN, para investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobrás), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionário da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.

No aguardo de manifestação e adoção de providências cabíveis desse Ministério da Justiça junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, com o fito de desvendar e quiçá apontar quem estava no topo da cadeia dos comandos de superfaturamentos que envolvem as empreiteiras citadas por Paulo Roberto Costa, isto é, Odebrecht, Camargo Corrêa, Iesa, Engevix, Mendes Júnior, UTC, Andrade Gutierrez, OAS, Queiroz Galvão, Toyo Setal, Galvão Engenharia, torna-se relevante que o CADE encaminhe o mais rápido possível os documentos e os devidos esclarecimentos acerca do exposto e/ou de fatos correlatos.

Sala das Sessões, em de de 2014.

Deputado Izalci
PSDB/DF